

# O TALMUD E SUA IMPORTÂNCIA NO PENSAMENTO JUDAICO

Anita Sayuri Aguená \*

1

## Introdução

É sabido que a construção da filosofia medieval fora, em sua extensa parcela, fundamentada pelas crenças religiosas monoteístas em conflito com as questões trazidas pelo pensamento clássico pagão. Para nossas vistas contemporâneas, seguindo os manuais de filosofia, essa contenda se resolveu pelas mãos dos teólogos cristãos, que conseguiram utilizar tanto as teorias aristotélicas, quanto as platônicas como confirmadores daquilo que a crença divina já comunicava. Contudo, em meio a tantas polêmicas criadas a respeito do Medievo, ficou soterrada uma parte da história filosófica que transformaria esse quadro de considerações. Estamos nos referindo à participação de muçulmanos e judeus, entre outros grupos, no processo de retransmissão do pensamento antigo ao mundo latino <sup>1</sup>.

É cada vez mais evidente – mediante as crescentes pesquisas históricas acerca do período medieval – a influência de diversos nomes provenientes das duas religiões monoteístas citadas, no desenvolvimento da Escolástica cristã. Mas mais evidente que isso, é o fato de que nenhuma idéia ou resposta surge sozinha. Nem no caso dos filósofos da cristandade, nem mesmo daqueles que os influenciaram, os quais se inspiram, por sua vez, em seus próprios patrimônios culturais. Assim como não se pode

---

\* Graduanda em Filosofia (UNIFESP); Bolsista Iniciação Científica PIBIC/CNPq; Integrante do NUR – Núcleo de Pesquisas em Filosofia Islâmica e Judaica.

1 Se considerarmos o momento histórico no qual o cristianismo toma força na Europa, vemos como medidas para seu estabelecimento, a destruição de templos pagãos, o fechamento da Escola de Atenas e a fuga dos sábios e filósofos para as regiões pertencentes à Pérsia. Logo, o pensar filosófico medievalista não se desenvolveu como aparenta no coração da cristandade ocidental, mas ao contrário, ela teve vários outros locais de produção e pelo menos outras duas línguas relevantes, além do latim: o siríaco e o árabe. “A história da transmissão do pensamento grego ao Ocidente Medieval, na qual os monges sírios, na sua maioria Nestorianos e Monofisitas e, portanto, heréticos, os árabes e os judeus foram os principais atores, tampouco é estudada em nossos cursos” (CAVALEIRO DE MACEDO, C.. *A Recepção de Aristóteles no Mundo Islâmico Medieval: uma outra História*. Revista Pandora, nº 13, 2009). Ver também: DE LIBERA, A.. *A Filosofia Medieval*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

pensar a filosofia Medieval Cristã independente do Cristianismo, não podemos pensar o universo dos autores judeus que influenciaram a Escolástica sem o pano de fundo da sabedoria de sua própria religião. Um desses patrimônios culturais, que faz parte da própria estrutura do judaísmo rabínico, é elemento indispensável à formação dos eruditos judeus e foi fator de estímulo às indagações e reflexões de muitos filósofos judeus. Estamos falando do *Talmud*, obra pouco reconhecida fora dos meios judaicos.

## Significados dos Termos Talmud-Torá

O Talmud é, depois da Torá, a obra de maior expressão e relevância no mundo judaico pelo seu teor racional, que serve de complementação a obra sagrada. Mas para começarmos a compreendê-la de verdade, é importante citar os significados lingüísticos que a envolvem, pois eles traduzem em linhas gerais o que seria para um judeu a obra talmúdica. Deve-se saber, que nos meios rabínicos, a forma correta para se referir a essa obra é pelo nome *Talmud-Torá*, justamente, porque a Torá, ou Pentateuco, é a base teórica de todo desenvolvimento que se faz no interior do *Talmud*. Cientes disso, se seguirmos pela via dos significados terminológicos, podemos entender *Torá* como um termo, cuja raiz deriva da palavra *yará* que para muitos significa “instruir”, “orientar”, “apontar”, “mostrar” ([www.contextojudaico.org](http://www.contextojudaico.org)). E disso, temos seu sentido mais preciso no judaísmo, que seria a construção de uma obra de ensinamento que serve para direcionar a ação e o coração dos homens - a denominada *Lei*. “[A Torá] É sinônimo de ciência, sabedoria, amor a Deus. Sem ela, a vida não tem sentido nem valor.<sup>2</sup>”

Quanto ao *Talmud*, chegamos a duas origens possíveis: a primeira, seria a derivação do termo hebraico *lamod*, no qual, o significado literal trar-nos-ia a idéia de “estudo”; enquanto a segunda origem, seria derivada de uma palavra próxima a primeira, mas que traz sentido aparentemente distinto - o termo *lamad*, que significa em sua essência “ensinar”, “instruir”, “aprender”. Assim, se entendermos que *Torá* é a tradução hebraica da palavra *Lei*, pela primeira derivação compreenderíamos o Talmud, como “o estudo da Lei” - uma expressão que nos induz a idéia de uma obra fechada e

---

<sup>2</sup> IUSIM, H. *Uma Visão Panorâmica da História do Judaísmo Clássico- em Perguntas e Respostas*. Rio de Janeiro: Biblos 1965.

bem definida, no qual, encerra-se num entendimento mais específico da Lei judaica. Já a segunda origem, dá-nos uma idéia mais ampla do que seria o Talmud, como se ele fosse um instrumento que ensina ao leitor, maneiras de se atingir ao conhecimento presente na Torá.

Apesar dessa variação expressivas, nenhuma das duas opções de interpretação para a palavra são distantes do que realmente seria o Talmud. Ambas denotam uma qualidade viva da obra: seja de um estudo minucioso e sistematizado de uma norma ou preceito, num debate árido de opiniões, que afasta aqueles que não possuem um intelecto preparado; seja, de meio informativo que tem a função de instruir ao povo escolhido sobre todos os aspectos da Torá, de uma explicação acerca da história e costumes até as regras de convivência, corrigindo essa defasagem intelectual. Mas isso é somente uma parcela do que fundamentalmente veio a ser o Talmud-Torá para o povo judeu. O sentido dele no judaísmo remonta a história da ida de Moisés ao Monte Sinai e o recebimento por este da *Lei*.

### ***Torot*<sup>3</sup> e o Elo de transmissão que compilou a *Mishná***

Os preceitos que Moisés recebeu no Sinai foram dados juntamente com a sua jurisprudência, como está escrito: “E Eu te darei as Tábuas de pedra, a Torá e o Mandamento (lei escrita)” (Êxodo 24:12). “Torá” se refere à Torá Escrita; “Mandamento” à jurisprudência. D..S nos pediu para cumprir a lei segundo o “Mandamento”, que significa a Torá oral, que é a sua jurisprudência, a chamada “lei oral”. Toda Torá foi escrita por Moisés, o nosso mestre, por suas próprias mãos, antes de falecer. (MAIMÔNIDES – *Mishné Torá*, p. 23: 1992).

Conta a história bíblica, que Deus, depois de longos anos de escravidão do povo judeu em solo egípcio, envia o profeta que instruirá toda a Israel a seguir corretamente o caminho designado por Ele. Assim, surge a figura de Moshé Rabenu (Moisés), que a libertará do Egito e a encaminhará as terras prometidas. A necessidade, depois da saída das terras do Faraó, fez com que se colocasse regras que todos tementes a Deus seguiriam – regras que só viriam no momento em que eles estivessem prontos a receber – assim, temos a subida ao Sinai que conduzirá o alcance da Torá para o povo, o popular *Pentateuco*.

---

3 Plural da palavra Torá.

A Torá é a corporificação da vontade divina, e observância de seus mandamentos é a tarefa confiada por Deus a Israel. A universalidade do divino mandamento é estabelecida pela noção de uma revelação original, pré-israelita, endereçada a todas as nações e que contém os fundamentos das morais. (GUTTMANN – *A Filosofia do Judaísmo*, p. 55: 2003).

A Torá, tão mencionada aqui, nada mais é do que o conjunto dos Cinco primeiros livros<sup>4</sup> contidos na Bíblia cristã, nos quais estão os preceitos que Deus entregou a Moshé Rabenu (Moisés) no cume do monte Sinai, para que a nação da aliança seguisse em amor a Ele. Os cinco livros, conhecidos comumente pelos nomes: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, são obras de conteúdo histórico que nos relatam o caminhar da formação do povo guiado por Moisés, além de conter a visão popular sobre o início do universo. Obras de grande extensão que por séculos, conforme alguns pensadores como Maimônides<sup>5</sup>, foram transmitidas pela oralidade<sup>6</sup>, fazendo parte do “respirar” daquele povo.

A Bíblia é para o judeu mais que um texto sagrado, a ser usado no recinto restrito do culto e para devoção religiosa. Ela constitui uma “orientação da vida”, cujos princípios gerais e prescrições detalhadas devem ser aplicadas a todas as fases da existência, sem limitação alguma. Eis o significado essencial da palavra hebraica aplicada à Bíblia: Torá, “Orientação”. (LEMLE, H. *A Essência do Talmud*, Introdução.p. 9).

Levando em conta essa visão que defende a transmissão oral da Torá (também denominada Torá *Shebealpeh*) desde a época de Moisés, pode-se dizer que a tradição no mundo judaico seguia, e segue sua religiosidade, de modo muito distinto ao que conhecemos hoje. Como muitas culturas antigas, a escrita no judaísmo era uma realidade distante do uso comum atual, e todas as práticas que definiam a unidade daquele povo, derivavam das interpretações históricas - da relação do homem com um Ser transcendente, mas pessoal – que transmitidas oralmente. Não havia um texto

---

4 Por isso, denomina-se a Torá também por Pentateuco ou por *Chumash* – o primeiro termo de origem grega e o segundo no hebraico. Ambos denotam a quantidade de Livros Sagrados.

5 Pensador judaico do século XI, famoso pela tentativa de conciliação entre o pensamento filosófico grego e o trazido pela sua religião. Tem como obras principais a *Mishné Torá* e o *Dalalat Al-Hairin*, ou *Guia dos Perplexos*.

6 Existem, mais ou menos, três visões distintas sobre a origem da Torá. A primeira, diz que Deus transmitiu a Torá pela oralidade, juntamente com suas explicações, a Moisés e que este somente passou para escrita, próximo do período que estava para falecer. Já a segunda visão, alega que Deus passou ao profeta tanto a Lei oral quanto a escrita, prontas, sobre o Sinai. Uma terceira ainda, afirma que somente fora transmitida a Lei Escrita, e que a versão oral não passa de invenção humana. Esta última é a visão de um grupo que não aceita as interpretações derivadas da oralidade, pois, segundo eles, elas corromperiam a verdade da Revelação – estamos falando dos Karaitas ou, como normalmente são conhecidos, os “Seguidores das Escrituras” (<http://karaita.no.comunidades.net>).

formal, no qual determinavam-se, sistematicamente, códigos éticos, mas somente aquele lido no Templo que registrava, de forma concisa, o movimentar histórico da religião de Deus – a Torá Escrita ou *Shebichtav*. Deste modo, toda orientação humana era retirada da crença dos sábios, que utilizavam as histórias contadas como exemplos para suas ações, embora estes não estabelecessem de modo concreto as leis morais dadas por Deus.

Durante mais de quinhentos anos, era o suficiente para garantir a existência religiosa da comunidade. A base firme, a Lei de Moisés, a Torá *Shebichtav*, a “orientação escrita”, tinha o seu complemento na Torá *Shebealpeh*, “orientação oral” dos rabinos. Quando, porém, no ano 70 da nossa era, sobreveio a catástrofe máxima, a destruição do Templo pelos romanos, o povo foi expulso da sua Terra e começou a dispersar-se pelos países do mundo. Aí uma profunda insegurança apoderou-se da vida do povo judaico e a manutenção apenas oral de algo tão importante como a orientação religiosa da vida, já não oferecia garantia contra os perigos reais de deturpação e perturbação. (LEMLE, H. *A Essência do Talmud*, Introdução. p. 10).

Numa época na qual a escrita ainda estava sendo gerada, o “contar” era a forma mais segura de manter uma tradição, pois além de evitar os equívocos daquele que ouve, ele permitia que o “contado” a vivificasse em cada ser ouvinte, a milhares de gerações posteriores. Mas além disso, segundo o que vemos no texto d' *A Ética do Sinai*,

temia-se que, se a Torá oral viesse a ser transcrita, as pessoas passariam a pensar nela como parte integrante da Torá *Shebichtav* e começariam a tratá-la como tal. Isto produziria uma grave distorção, já que ambas são de natureza e caráter completamente diferentes, e desta maneira devem ser encaradas dentro das normas do judaísmo (*A Ética do Sinai* – Introdução, p. II: 2001).

Assim fora com todas as obras centrais do judaísmo farisáico, cujos detalhes profundos eram trazidos pela voz dos sábios.

Os judeus acreditam que a passagem da Lei oral seguiu-se de Moisés a Josué, de Josué aos últimos *neviim* (profetas), destes aos ditos *soferim* (escribas), em seqüência, aos *zugot* (pares, posto que estão inclusos Esdras e Neemias) e aos *tanaim* (considerados os mestres ou intérpretes) – sendo estes os últimos que receberam somente pela oralidade as explicações da Torá. Apesar da facilidade obtida pela transmissão oral, fora o medo da confusão popular, com o passar de longas gerações e o distanciamento contínuo da comunidade por conta das Diásporas, muitos dos significados iniciais iam perdendo sua integralidade, fazendo tanto do conteúdo

legislativo, quanto do conteúdo, digamos, “metafísico”, informações obscuras para a compreensão. Logo, foi preciso iniciar estudos acerca do que os antigos queriam dizer em dados momentos, e como deveriam ser praticados dadas atividades da lei. Tais estudos, conduzidos por gerações de *tanaim*, foram compilados por Rabi Yehudah Ha Nassi (ou Rabi Hacadoshe) <sup>7</sup> numa obra denominada *Mishná* <sup>8</sup>.

Desde a época de Moisés até o Rabenu Hacadoshe, não se havia composto nenhum trabalho através do qual se tivesse ensinado publicamente a Lei Oral. Mas em cada geração, o líder do tribunal ou o profeta daquela época anotara para seu uso particular um memorando das tradições que aprendera de seus Mestres, as quais ensinavam oralmente em público (...) todo esse material foi por ele (Rabi Hacadoshe) redigido na *Mishná*, que foi assiduamente ensinada em público, tornando-se, assim, conhecida universalmente entre os judeus. Suas cópias foram feitas e amplamente disseminadas, para que a Lei Oral não fosse esquecida pelo povo de Israel. (MAIMÔNIDES – *Mishné Torá*, p. 25: 1992).

### ***Mishná, Guemará e outras produções: fundamentos dos Talmudim*** <sup>9</sup>

O termo *Mishná* pode, em dada acepção, significar "segundo", o que a definiria como o "segundo comando" (*mishnê lamélech*) depois da Torá, ou ainda "estudo" e "repetição" – o que de fato procede, pois ela foi compreendida como uma obra de elucidação bíblica que tinha a função de repetir os dizeres da Torá Oral e, sempre que fosse necessário, clarear suas obscuridades terminológicas também mediante a oralidade. Para ilustrar um problema comum de entendimento, temos um dos 10 Mandamentos, cuja a interpretação vasta, causou por muito tempo problemas em seu cumprimento popular: “Santificai o Shabat como ordenei a vossos pais” (Jeremias, 17:22). A dúvida que se tinha era como deveria ser guardado esse período semanal: será que realmente Deus ordenava a seu servo, não produzir nenhuma atividade nesse dia?

---

7 Rabi Yehudah Ha Nassí – denominado de “Santo” ou “o Príncipe”, era “presidente do Bêth Din, o Grande Tribunal e, portanto, chefe de seu povo”. (*A Ética do Sinai* – Introdução, p. II: 2001).

8 Muitos estudiosos dizem que *Mishná* é uma obra derivada da Torá Shebealpeh, sendo oposta a *Mikrá* que deriva, por sua vez, da Torá Shebichtav – ou é o mesmo que a *Tanach* (obra que conhecemos comumente pelo nome de Antigo Testamento). Hoje o judaísmo rabínico ortodoxo atualmente entende todo o conjunto como palavra de Deus e, portanto, Lei: “Ao todo existem 613 mandamentos no Pentateuco, todos eles explicados e interpretados neste vasto tesouro que é a Lei Oral. Num período mais recente, este grande corpo de leis foi codificado. Os ortodoxos radicais vêem a totalidade da Torá, lei escrita, Lei Oral e Códigos como a palavra de Deus” (COHN-SHERBOK, 1999, p. 79).

9 Forma no plural da palavra Talmud.

“A Torá cita alguns trabalhos que não devem ser feitos no Shabat, mas como definir o trabalho?” (www.contextojudaico.org). Caberia, aos eruditos definir com aquilo que a Torá lhe fornecia o que é ou não considerado *trabalho*, e retransmitir para que povo entendesse e seguisse o Mandamento de acordo com essa interpretação.

Surgiram muitos outros problemas de precisar os significados das palavras no decorrer dos tempos, o que resultou numa obra interpretativa grande e difícil assimilação. Por isso, depois de longo anos de proibição na transcrição total dos ensinamentos mishnáicos, Rabi Yehudah Ha Nassi, consciente de que naqueles tempos conturbados já “*não era mais possível para os professores e alunos estudar e memorizar adequadamente a grande Tradição Oral*” (A *Ética do Sinai*, p. II da Introdução), toma a decisão de compilar todo aquele conhecimento secular para que a comunidade judaica tivesse acesso aos estudos mesmo exilada em regiões distantes, impedindo, assim, o afastamento daquilo que a definia como unidade nacional em prol dos costumes estrangeiros. Para tanto, Rabi Ha Nassi juntou todos os escritos particulares dos mestres tanaicos, tanto de sua época como de seus antecessores, e produziu uma obra configurada em Seis ordens (Sedarim) de 63 tratados, os quais, explicavam sobre Agricultura, Festas, Direitos Matrimoniais, Civis e Penais <sup>10</sup>, além de esclarecer como deveriam ser feito o serviço no templo, sacrifícios e purificações.

O estilo em que essas leis reunidas sob o título geral de Mishnah, que significa repetição e também estudo (quem expõe a tradição repete e quem estuda idem) é bastante sintético, cheio de saltos e pelo próprio caráter de prosa muitas vezes poética, não só passou a exigir como a sugerir discussões em torno e comentários para esclarecimento, além da precisão de responder às questões contemporâneas. (AMÂNCIO, M. – *O Talmud*, p. 9: 1992).

Tão logo se repetiu com o "Segundo Comando" o mesmo que ocorrera com o Primeiro, a Torá Oral: alguns entendimentos da Mishná foram se obscurecendo, seja pela perda de sentido na aplicação de algumas leis naquele momento de vida dos judeus – como, por exemplo, o uso de sacrifícios de animais –, seja porque o povo judeu estava disperso em regiões longínquas, no qual era difícil a transmissão do estudo, mediante a cópias, chegar. Além disso, novas normas foram se erguendo por conta da necessidade e das deduções dos Supremos Tribunais sobre as obras sagradas. Logo, houveram novas interpretações, principalmente dos dizeres da Mishná, que foram compiladas em duas

---

10 O Talmud manterá essa estrutura temática de Seis Ordens provinda da Mishná, por isso, ficará conhecido também como *Shas*, abreviação de *Shisha Sedarim*.

obras conhecidas como *Guemará de Jerusalém* e *Guemará da Babilônia*, por causa dos locais que cada uma foi escrita.

O Talmud (tanto o da Babilônia quanto o de Jerusalém) se desenvolveu durante séculos como o comentário da Mishná. Uma enorme quantidade de opiniões e de novos conhecimentos foram expressos ali e fixados como continuação do texto da Mishná. Esse trabalho se terminou no século V, mas ficou rapidamente demonstrado que o povo era incapaz de compreender esse alto ensinamento e é por isso que apenas um pequeno número de pessoas se consagrava ao estudo do Talmud. As perseguições e os sofrimentos que vinham castigando os judeus anos a fio os obrigavam a deixar os estudos religiosos cada vez mais em segundo plano e dar prioridade à preservação das próprias vidas. (NAHAÏSSI – *Maimônides, Vida e Obra*, p. 23: 1990) <sup>11</sup>.

O termo Guemará tem em aramaico o significado de "estudo", "complemento" ou também "acabamento", o que designam bem a sua utilidade na obra talmúdica, pois ela é uma obra de complementação, que dá acabamento a Mishná. Encontramos na Guemará opiniões e interpretações particulares, ordenações, decretos, além de discussões, muitas vezes no formato de pergunta e resposta, sobre diversos tratados da Mishná e textos da Torá, que concentram uma estrutura lógica semelhante, ou literalmente baseada, no modelo filosófico grego. Aliás, não seria loucura dizer que tenham os *amoraim* <sup>12</sup> - os discípulos dos tanaim -, ou mesmo os "mestres da Mishná", utilizado algumas ideias advindas da Filosofia para a construção argumentativa de suas obras, pois no período das compilações alguns territórios orientais, que já haviam passado pelas mãos do Império Grego, encontravam-se, então, sob o regime do Império Romano. Ambos traziam muito da sua própria cultura para dentro do mundo judaico, e nisso é evidente que, além do pensamento filosófico corrente nas duas civilizações, a proximidade com os cultos pagãos induzia partes dos judeus a se afastarem da religião de Deus – o verdadeiro motivo de tanta preocupação por parte dos sábios, para que estes viessem a produzir e registrar obras de explicação religiosa. No decorrer do tempo, e a

---

11 Parece haver uma confusão aqui, pois a citação refere-se ao *Talmud*, um derivado de Jerusalém e outro da Babilônia, apesar de estarmos falando de *Guemará*. Na verdade, antecipamos aqui uma ideia que ficará mais clara no decorrer de nosso texto.

12 Substantivo no plural derivado da raiz hebraica: "amor" que significa: "dizer", "falar", "explicar", sendo eles, então, os "locutores" ou "expositores". São, na seqüência real da transmissão da Torá Oral, os sucessores dos tanaim, aqueles ditos "mestres" que possuem Rabi Yehudah Ha Nassi como nome central. É importante deixar claro que, existe uma discussão por parte dos estudiosos quanto a terem sido eles os compiladores da Guemará. Alguns dizem que a compilação real dessa obra se deu pelas mãos dos *saboraim* – grupo denominado de *opinantes*, que vem depois dos amoraim – enquanto coube aos amoraim uma "breve e concisa formulação" (ver texto *A Mishná* de Henrique Iusim, presente em: <http://colecão.judaísmo.tryte.com.br>). Nós acreditamos por bem, seguir a opinião da maioria dos pesquisadores, para facilitar a compreensão desse artigo introdutório do que vem a ser o Talmud.



cada exílio, surgiram casas de estudo ou academias rabínicas que serviram de estímulo na continuidade dos saberes judaicos.

As academias se tornaram pimenteiras de ideias – pilpul, termo usado para designar as discussões, tem a mesma raiz que pimenta. Desenvolveram-se métodos de discussões específicos propiciados pela situação estável, o que não acontecia na Palestina. O poder persa permitia considerável grau de autonomia às diferentes comunidades espalhadas pelo império. Havia influência cultural grega de peso, termos helênicos eram incorporados ao jargão das academias. E mundo judaico vibrava. As academias recebiam duas vezes ao ano, nos intervalos do trabalho agrícola, estudantes que iam analisar os pontos estudados durante o período de labuta. A dialética chegava ao paroxismo no exame das questões aparentemente mais desprezíveis, que de algum modo no entanto deveriam se encaixar no esquema sacralizado da Torah. (AMÂNCIO – *O Talmud*, p. 19: 1992).

A Guemará, assim como a Mishná, surgiu no âmbito oral, sem o menor intuito de ser registrada. Contudo, em meio a tantas dificuldades sofridas e ao excesso de informação existente, seus produtores decidiram por escrevê-la, o que culminou num certo particularismo estrutural derivado de cada região de sua compilação. Anteriormente havíamos falado da existência de uma Guemará Palestina (ou de Jerusalém) e outra provinda da Babilônia. Ao contrário do que se poderia pensar, não estamos falando de uma única obra que teve dois momentos distintos em sua compilação, mas em duas obras realmente diferentes em seu desenvolvimento intelectual, com um espaço de um século entre elas. Essas duas obras se acrescentarão mais tarde a Mishná, e darão origem cada qual a um tipo distinto de *Talmud*.

Correspondendo às duas versões da Guemará há dois compêndios diferentes do Talmud. No Talmud Yerushalmi a Mishná é acompanhada da Guemará da Palestina e no Talmud de Babli, pela da Babilônia. Este último é bem mais amplo do que aquele e, por ser a Guemará mais completa, ganhou importância maior na prática posterior da religião judaica. (HENRIQUE LEMLE – Introdução da *A Essência do Talmud*, p. 12).

Deve-se saber que, como a região da Palestina vivia em constantes conflitos territoriais, e de domínios estrangeiros, a produção da obra talmúdica foi cheia de falhas interpretativas e conclusivas, pois pouco era o tempo para se fazer revisões. Uma situação bem diferente da região da Babilônia que, desde a época de sua dominação sobre o oriente médio, vivia em certa harmonia com todos seus exilados, e por isso, possibilitava o desenvolvimento de estudos particulares. Assim, há uma complexidade maior nos escritos de jurisprudência – que para os judeus seriam interpretações de

ordem *haláchicas* – e nos de costumes – interpretações *agádicas* – do *Talmud Bavli* do que naqueles produzidos na Palestina. Mas há um outro motivo que leva a compilação do segundo Talmud ser superior a primeira: a presença de análises específicas de cada porção textual da Torá e interpretações de pontos bem definidos da Mishná.

Rabi Hoshai, um discípulo de Rabenu Hacadoshe, escreveu uma exposição do livro de *Bereshit* (Gênesis), e Rabi Ismael, um comentário sobre o *Humashe* (Pentateuco), desde o início de *Shemot* (Êxodo) até o final do Pentateuco. Esta obra é chamada de *Mequiltá* (comentários midráshicos, ou seja, interpretativos da Mishná). Rabi Aquiba também escreveu um *Mequiltá*. Outros sábios, que vieram posteriormente, compilaram os *Midrashim*. Todas essas obras foram compostas antes do Talmud Babilônico. (MAIMÔNIDES – *Mishné Torá*, p. 27: 1992).

Além dessas citamos as seguintes produções:

Rav compilou o *Sifrá* e os *Sifrê*, cujo propósito é aclarar os princípios da Mishná. R. Hia compilou a *Tossefta* para explicar o tema da Mishná. Da mesma forma, Rabi Oséias e Bar Caporo compilaram *Baraitas* para elucidar o texto da Mishná. (MAIMÔNIDES – *Mishné Torá*, p. 25 e 26: 1992).

## O que é possível dizer sobre o Talmud-Torá

Embora tenha existido um afastamento considerável do estudo da *Torá* por parte da população judia, esse período entre uma compilação e outra da Guemará, resultou numa produção conhecimento muito fértil para a literatura rabínica, que será evidente pela extensão da obra talmúdica. Assim, levando em conta todo esse quadro histórico da literatura rabínica, temos condições de compreender o que de fato é a obra do Talmud e de imaginarmos qual sua real dimensão a ponto de fazer Uri Lam compará-la a Internet

13

Talmud não é somente literatura, mas sim a vida inteira do Judaísmo vertida em uma obra. Se uma catástrofe semelhante à que sofreram Pompéia e Herculano houvesse petrificado seis ou dez séculos da vida judaica, o resultado seria - e é - o Talmud. Precisamente por isso pode-se dizer que é obra de toda a nação judaica, realizada no decorrer do referido período. E esse feito, a realização prolongada no tempo, explica perfeitamente a grande variedade de temas que nele reina. Trata-se de uma vasta enciclopédia, muito desordenada, na qual existe de tudo, porém sem sistema. No Talmud é difícil encontrar o dado concreto, a menos que seja de matéria legal - porque esta matéria tem ainda hoje validade no Judaísmo. (ROMANO, D. <http://coleccion.judaismo.tryte.com.br>).

---

13 O tradutor da versão brasileira do *Guia dos Perplexos* de Maimônides.

A internet é capaz de, mediante links, apresentar-nos infinitos dados interligados ao corpo de um texto, que fazem parte de assuntos anteriores e posteriores do próprio texto, ou simplesmente que vem a acrescentar alguma elucidação de outra fonte, numa verdadeira “teia” de informações. Mas, muito antes do homem moderno cogitar as facilidades advindas de uma máquina, numa época em que haviam poucos recursos para a troca de conteúdo, a magna obra judaica consegue desenvolver conexões entre livros, tratados, temas, em meio as divergências de ideias e locais de estudos, ou mesmo da distância temporal.

(...) cada capítulo, parágrafo ou palavra nos remete a outros conteúdos, embora à primeira vista desconectados uns dos outros, tanto em nível horizontal – capítulos de um tratado dialogam com capítulos de outro tratado – como em nível vertical: capítulos ou parágrafos contidos nos tratados dialogam com interpretações, parábolas, normas e opiniões espalhadas no espaço e no tempo, de modo aparentemente tão infinito quanto é a experiência de se navegar na internet. (URI LAM – Prefácio do *Guia dos Perplexos*, p. 22: 2004).

Ela inclui em cada página séculos de pensadores, legisladores, intérpretes – a vida prática e religiosa de uma comunidade regida pelo Amor ao Divino Mandamento. Todos os argumentos e contra-argumentos, análises e explicitações conceituais, se apresentam simultaneamente, segregadas somente por blocos textuais, numa mesma página de obra. Mas se de fato o trabalho talmúdico tem a capacidade de explicar detalhadamente cada informação – para definir, por exemplo, como se deve compreender sob diversos pontos vistas uma lei presente na Torá – ela não torna a pesquisa de um fideísta comum, algo simples de se realizar. Com intuito de facilitar a interação dos homens da fé e o seguimento das Leis, ou mesmo de mantê-los concientes das atividades culturais de povo através de anedotas e parábolas, os compiladores do Talmud criaram um obra vasta e caótica em sua forma estrutural, o que o torna algo complexo e indefinível.

Se à desordem com que as matérias estão distribuídas na "Enciclopédia" se acrescenta o fato de que os autores, cujo número se aproxima de dois milhares, pertencem a diversas épocas e regiões geográficas, a muito variadas escalas sociais e formações, desde o ignorante ao sábio, portanto de desigual autoridade, sustentando às vezes teorias muito díspares, inclusive contraditórias, expostas seja em ordem direta umas às outras, seja em páginas muito distantes entre si, - explica-se que junto a idéias sublimes se encontrem opiniões ou ditos vulgares. (<http://colecacao.judaismo.tryte.com.br>).

Logo, para se entender esse emaranhado teórico e tradicional é necessário, antecipadamente, o conhecimento de todos os textos que surgiram sobre a sagrada Torá

além de muito tempo e uma inteligência fora do comum. Assim, o empreendimento de compreender o Talmud na sua completude foi um serviço para poucos até a época de Maimônides.

## Considerações Finais

Em nossos dias, intensificaram-se as vicissitudes e as aflições mais severas e todos sentem a pressão de tempos difíceis. O conhecimento dos nossos sábios desapareceu; a compreensão dos nossos homens prudentes está destruída. Diante disto, os comentários do *gueonim* e as suas compilações de leis e respostas, as quais tomaram o cuidado de esclarecer, tornaram-se em nossos dias de difícil compreensão, de modo que apenas alguns indivíduos compreendem-nos apropriadamente. Não se torna necessário acrescentar que tal é o nosso casa com relação ao próprio Talmud – quer Babilônico, quer o de Jerusalém -, à Sifrá, aos Sifrê e à Tosseftá, os quais exigem para sua compreensão uma mente ampla, uma alma sábia e um estudo que requer um tempo considerável; então, pode-se aprender deles a prática correta com relação ao que é proibido ou permitido e as outras da Torá. (MAIMONIDES – *Mishné Torá*, p. 30: 1992).

Vê-se, então, por todo essa exposição sucinta, cheia de conceitos que devem ser explicados minuciosamente, mas que, infelizmente, neste pequeno artigo não é possível, que os *Talmudim* não são obras fáceis de se entender ou estudar. Por serem, a Mishná e o Talmud textos de difícil compreensão, até mesmo aos eruditos – pois ambas as obras não possuem de modo claro e seguro as conclusões acerca da jurisprudência divina – Maimônides decidirá por escrever todo conhecimento que adquiriu em sua formação numa tentativa de aproximar da luz dos preceitos de Deus todos os desorientados. Surgem, inicialmente, a obra de *Os Comentários da Mishná* – que apresenta introduções simplificadas dos tratados com algumas explicações curtas da obra tanaítica, tendo como destaque o *Pirket Avot*<sup>14</sup>, um princípio da Ética judaica. Mas será, anos depois, com a publicação de um resumo dos principais pontos do Talmud e de uma obra evidenciadora dos preceitos da Torá – denominadas *Mishné Torá* (Repetição da Torá) e *Tariág há-Mitsvót* (Os 613 Mandamentos), respectivamente – que o pensador do

---

14 Também conhecida como a Ética dos Pais, que na obra maimonidiana ficará conhecida como *O Livro das Almas* ou *Oito Capítulos*.

judaísmo irá ganhar renome entre os Rabinos, trazendo a facilidade que tantos buscaram nesses séculos de estudo.

Em uma época cuja preocupação era, principalmente, com as questões dos eruditos judeus da Península Ibérica, mas também com o desinteresse dos judeus do Egito pelos estudos judaicos, Maimônides acreditava que, ao escrever uma obra que abordasse a relação possível entre o texto bíblico e a tradição oral contida no Talmud, por um lado, e a filosofia abstrata, por outro, possibilitaria o acesso da razão aos segredos contidos na Bíblia e, assim, poderia atrair novamente os judeus para o estudo de suas tradições. (URI LAM – Prefácio do *Guia dos Perplexos*, p. 17: 2004).

Encontra-se aqui algo relevante não só para a questão religiosa e cultural, mas também para a filosofia, pois a questão do *que é o Talmud*, permite-nos entender porque, seu conteúdo é tão influente aos pensadores judeus e porque, por exemplo, o mais importante deles ao Medievo – Maimônides – dispôs de 12 anos de sua vida na recopilação ordenada de suas idéias centrais, para depois conciliá-las com um pensar mais racional – através do *Guia dos Perplexos*. Pode-se dizer que o Talmud, sem a pretensão de ser um trabalho filosófico, traz em si muitas ferramentas para quem se dedique a desvendar seu “Mar”, a desenvolver, se não uma Verdade, pelo menos, uma forma de “Amar a Sabedoria”.

## Referências:

- ATTIE, M.. *Falsafa – A Filosofia entre os Árabes*. São Paulo: Pallas Athenas, 2002.
- CAVALEIRO DE MACEDO, C.. *A Recepção de Aristóteles no Mundo Islâmico Medieval: uma outra História*. Revista Pandora, número 13, 2009.
- COHN-SHERBOK, Dan. *Judaísmo*, Lisboa: Edições 70, 1999.
- DE LIBERA, A.. *A Filosofia Medieval*. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 2004. [Tradução: Nicolás Nyimi Campanário & Ivone Maria de Campos Teixeira da Silva].
- GUTTMANN, J. *Filosofia do Judaísmo*. São Paulo: Perspectiva, 2003. [Tradução: J. Guinsburg].
- IUSIM, H.. *Uma Visão Panorâmica da História do Judaísmo Clássico: em Perguntas e Respostas*. Rio de Janeiro: Biblos 1965.
- MAIMONIDES, M.. *Guia dos Perplexos*, Parte I. São Paulo: Landy Editora, 2004. [Tradução e Prefácio: Uri Lam].
- \_\_\_\_\_. *613 Mandamentos*. São Paulo: Nova Stella, 1990. [Tradução e Biografia - Maimônides, Vida e Obra: Giuseppe Nahaiissi].

\_\_\_\_\_. *Mishné Torá - O Livro da Sabedoria*. Imago, 2000.

VON KELER, T. M. R.. *A Essência do Talmud*. Rio de Janeiro: Ediouro. [tradução: Paulo Rónai; Introdução: Dr. Henrique Lemle].

#### **Obras de Referência:**

TORÁ - A LEI DE MOISÉS. Templo Israelita Ohel Yaacov/Editora Sefer, 2001.

O TALMUD - Excertos. Moacir Amâncio (org.) São Paulo, Editora Iluminuras, 1992.

A ÉTICA DO SINAI. – Ensinaamentos dos Sábios do Talmud. BUNIM, Irving (org.) São Paulo: SEFER, 2001.

#### **Bibliografia da Internet:**

[URL] [www.chabad.org.br](http://www.chabad.org.br) – Biblioteca, artigo *O que é Talmud?*

[URL] [www.contextojudaico.org](http://www.contextojudaico.org) – texto *O Talmud*.

[URL] <http://colegao.judaismo.tryte.com.br> – texto de Henrique Iusim, *O que é Talmud?* [tradução e adaptação: David Romano].

[URL] [www.jewishencyclopedia.com](http://www.jewishencyclopedia.com)

[URL] <http://karaita.no.comunidades.net>